

Relatório da I Conferência Regional

O ABC do Trabalho Decente: panorama atual como subsídio para a Agenda Regional

GT Trabalho Decente do Consórcio Intermunicipal do
Grande ABC



ABCDMRR, julho de 2010

Apresentação

Este relatório apresenta os resultados alcançados na I Conferência Regional “O ABC do Trabalho Decente”, com o resumo das ações propostas pelos Grupos de Trabalho organizados na Conferência, além de sumarizar informações que contribuíram para caracterizar os desafios e a situação do Trabalho Decente na região do ABC, integrado pelos municípios de Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Reunindo cerca de 250 participantes nos dois dias de sua realização – 13 e 14 de maio, a Conferência foi aberta pela apresentação de síntese do diagnóstico sobre Trabalho Decente no ABC, desenvolvida pelo economista Thomaz Ferreira Jensen, do DIEESE, responsável pela elaboração do diagnóstico (ver anexo 1).



Em seguida, fizeram saudações os representantes do Movimento Sindical, das Prefeituras Municipais e das Associações dos Empregadores, além do Deputado Federal Vicente Paulo da Silva, da Deputada Estadual Ana do Carmo, da diretora do escritório regional da OIT no Brasil, Laís Abramo, e do representante do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, Mario Barbosa.



No segundo dia da Conferência, os participantes foram organizados em quatro grupos temáticos

Registro dos debates e propostas dos Grupos de Trabalho

Diálogo Social

Sugerem acrescentar no diagnóstico atuação dos movimentos sociais e atuação das Universidades e registros das experiências de ações conjuntas com associações comerciais e outros sindicatos de empregadores.

Os debates do grupo abordaram diversos temas e propostas preliminares, listadas a seguir:

- Defesa do sistema único de saúde, diálogo dentro do fórum de cidadania;
- Parceria de luta conjunta movimento sindical e social por fortalecimento do SUS;
- Luta pela emenda 29, por aumento de recursos para saúde;
- Cobertura dos convênio médicos privados não atende os objetivos dos contratos individuais e empresariais;
- Acrescentar no texto redes de trabalhadores metalúrgicos e da construção civil;
- Movimento Sindical ser pautado à criação de OLTs;
- Modelo de CIPA, de Comissões de Fábricas;
- Consórcio fazer um trabalho conjunto com sindicatos e Superintendências Regionais do Trabalho (SRTs);
- Discussão sobre as questões de raça e gênero nas discussões dentro das empresas e trazer dados das condições de negros e gênero;
- Gargalhos de atendimento no SUS, consequência de demissões de trabalhadores em empresas que tinham convênios médicos;
- A partir do Consórcio discutir a questão da saúde;
- Nos debates de PLR implementar mecanismos de apuração de resultados;
- Entrada dos jovens no Mercado de Trabalho, mecanismos de inclusão dos jovens em especial às micro e pequenas empresas;
- Experiência dos bancários, atuação nas agências, COI, delegados sindicais, tecnologia bancária brasileira, acordo coletivo nacional e negociação coletiva nacional;
- Negociações públicas rever texto, não é prática em todas as cidades da região e ainda tem muitas dificuldades de avançar nesta questão;
- No poder público as representações da CIPA são representantes dos patrões e precisa ser pensada alternativa;

- SUS ainda esta centrada na questão do médico, dificuldade do poder público competir com salários da rede privada;
- Fortalecer os espaços de discussões tripartites que já existem na região e também pensar espaços bipartites;
- Conhecimento das leis trabalhistas em especial aos jovens para que ao entrar no mercado de trabalho conheça seus direitos.
- Aumentar o clima de negociações;
- A partir do Consórcio criar ambiente de discussão propositivo relacionado a saúde pública e privada;
- Desenvolver campanha de formalização de carteira de trabalho no ABC envolvendo Ministério Público e Superintendência do Trabalho;
- Implementar um ambiente de discussão olhando para otimização de custos, em especial às pequenas empresas sobre, transporte, saúde, alimentação, etc.

Os participantes do grupo fizeram um esforço de síntese e apresentaram à plenária da Conferência as seguintes propostas:

- Fortalecer os espaços de discussões já existentes no ABC respeitando sempre os objetivos da implementação da agenda do trabalho decente;
- Criar ambiente de discussão propositivo relacionada ao tema saúde pública e privada envolvendo empregadores, trabalhadores, poder público e universidades;
- Debates intercategorias relacionados ao ambiente de negociação envolvendo os atores tripartites;
- Campanha de Formalização da carteira de trabalho no setor público e privado na região do ABC.

Igualdade de Oportunidades e de Tratamento

Propostas:

- Ampliação do enfoque de igualdade de oportunidades para todos e todas trabalhadores e trabalhadoras submetidos à forma de precarização dos contratos de trabalho, seja no setor público e privado.
- Pessoas com Deficiência: o poder público e setor privado deverão garantir a informação e capacitação através de campanhas de sensibilização que permitam a quebra de mitos em relação às pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em parceria com movimento sindical e social. O grupo sugere incluir no diagnóstico sobre Trabalho Decente no ABC, o capítulo da Convenção da ONU que trata das condições de trabalho das pessoas com deficiência.
- Geração: conscientização do empresariado para oferta de vagas para trabalhadores acima de 40 anos e jovens sem experiência com participação dos sindicatos.
- Raça: recuperação da memória do curso já desenvolvido na região para setor

público GRPE ampliando para setor privado e sociedade civil.

- Gênero: para o setor público, garantir a aplicação da licença maternidade de 180 dias para todas as formas de contratação (ex. Frentes de trabalho). Para setor privado garantia da contratação de mulheres em função da licença.

Proteção Social

Os trabalhos foram iniciados com um breve relato do Coordenador sobre o processo de organização da Conferência, com particular destaque para as reuniões de mobilização realizadas nos municípios da região ABCDMRR, onde surgiram algumas propostas referentes ao Eixo Temático Proteção Social. A informação apresentada contribuiu para a reflexão e o debate no Grupo Temático, que optou por priorizar três daquelas propostas, buscando integrá-las às expectativas e comentários apresentados por seus integrantes, a saber:

Realização da Conferência Regional

- Ampliar o debate com a participação das Universidades;
- Realizar o evento na data de 28 de abril de 2011 (próximo), considerando que se trata de uma data em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho;
- Estruturar uma metodologia para dialogar com os municípios;
- Construir um espaço amplo para discussão, e fazê-lo neste ano.

Elaboração de uma cartilha

- Elaborar uma cartilha didática, a fim de informar os cidadãos. Poderá ser um produto da Conferência (a ser avaliada a viabilidade de produzir o material antes do evento).

Segurança Pública e Privada

- Os dados do NTEP evidenciam os números acerca do sofrimento mental no trabalho;
- Os dados do CEREST Diadema indicam aumento dos acidentes de trajeto. No município é utilizada a ficha de notificação (RAAT), a partir da qual são identificados os dados sobre violência e transporte que atingem os motoqueiros e ciclistas;
- As mudanças nas atividades dos bancários foram destacadas para exemplificar que os acidentes adquirem outros contornos. Atualmente, os bancários realizam muitos negócios na rua, portanto expostos a outros riscos à saúde, além de serem uma categoria extremamente visada para sequestros relacionado ao seu trabalho.

Integração dos dados disponíveis

- Necessidade de integração dos dados;
- Articular a disponibilização dos dados pelas instituições;
- Estabelecer metas para que ocorra a diminuição dos acidentes de trabalho. Por exemplo: a meta hemisférica (Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, da OIT) estabeleceu a diminuição em 20% dos acidentes de trabalho.

Qualidade vida no trabalho

- Aumento da dependência química no setor de comércio;
- Inclusão de Deficientes: há empresas que utilizam os trabalhadores que possuem doenças do trabalho para cumprir a lei de cotas;
- Responsabilizar os SESMT's pela notificação dos acidentes de trabalho. As convenções coletivas podem incluir a notificação obrigatória dos agravos em saúde do trabalhador (SINAN) pelos SESMT's.

Formalização da atividade e da ocupação

- Combate à informalidade: trabalhos que não possuem proteção social
- Diminuir os índices de trabalho informal na região, ou seja, evitar a precarização das condições de trabalho;
- Diminuir a rotatividade, por exemplo, na área da construção civil;
- Criar alternativas para incluir, avançar na formalização do trabalho.

Saúde e meio ambiente

- Incluir na agenda do trabalho a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Discutir os acidentes químicos ampliados e o desenvolvimento de políticas sustentáveis de utilização dos recursos e preservação ambiental.

As discussões do eixo temático Proteção Social foram agrupadas em três sub-eixos com propostas de políticas e ações prioritárias:

Formalização/Informalidade

- Articular as ações voltadas ao microcrédito operativo, empreendedorismo individual e cooperativismo;
- Criar alternativas e meios para a formalização do trabalho.

Qualidade de Vida no Trabalho

- Ampliar as discussões sobre segurança e violência pública (políticas públicas da área);
- Incluir a temática do assédio moral e sexual no trabalho;
- Analisar as doenças que atingem os trabalhadores: dependência química, acidentes de trabalho;
- Inserir o debate sobre o SUS na agenda do Trabalho Decente;
- Incluir a temática da segurança no emprego;
- Incluir o debate sobre acidentes químicos ampliados.

Segurança e Saúde no Trabalho

- Realizar um evento (à denominar, como: conferência, congresso, seminário, encontro etc.) tripartite (administrações, trabalhadores e empregadores) no dia ou semana de 28 de abril de 2011 (Dia Internacional em Memória das Vítimas dos Acidentes e Doenças do Trabalho) para um diagnóstico e um enfoque integrado e regional sobre o problema dos acidentes e doenças do trabalho;

- Realizar reuniões regionais preparatórias ao evento, sendo a primeira no dia 27 de julho de 2010 (em homenagem ao dia da CIPA);
- Envolver/comprometer os três níveis de Estado (união, estados e municípios) nas áreas de Saúde, Trabalho e Previdência;
- Incluir abordagem sobre a proteção de máquinas (iniciativas voluntárias e de promoção de normas);
- Melhorar a qualidade da informação sobre o assunto na região (integração de dados das Agências do INSS, Superintendências do Trabalho, CERESTs, serviços médicos de sindicatos e empresas etc.);
- Envolver entidades do sistema “S” e as assessorias sindicais especializadas;
- Necessidade de melhorar a qualidade da inspeção do trabalho na região;
- Necessidade de ampliar e melhorar a reabilitação profissional na região;
- Elaborar um material informativo (cartilha pré ou pós-evento).

Trabalho e Renda

Participaram do Grupo 38 pessoas, sendo:

- Representantes do poder público: prefeituras Santo André, São Bernardo, Mauá, Diadema e Ribeirão;
- Representantes Sindicais: gráficos, químicos, construção civil e metalúrgicos;
- Banco do Povo, DIEESE e OIT.

Propostas:

- Aprofundar e completar o diagnóstico apresentado na Conferência Regional nos quesitos:
 - Juventude;
 - Trabalho Infantil;
 - Jornada de Trabalho;
 - Contrato por tempo determinado;
 - Terceirização com ênfase no setor público;
- Foco na Economia Informal e Urbana para desenvolvimento de políticas públicas e privadas (eixo 4 e 8 – microcrédito e Economia Solidária para promoção do público);
- Criação de um Plano Regional de Qualificação Profissional com integração das políticas públicas de Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Saúde, etc.

ANEXO 1. Diagnóstico sobre Trabalho Decente no ABC

Este relatório sumariza informações que contribuem para caracterizar os desafios e a situação do Trabalho Decente na região do ABC, integrado pelos municípios de Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Como resultado do seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, realizado em março de 2009 em São Bernardo do Campo¹, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração da Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC, cujo compromisso foi reafirmado por autoridades públicas e representações de trabalhadores e empregadores em solenidade no Consórcio Intermunicipal em dezembro de 2009, com o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Na ocasião, foi criado o Comitê Gestor da Agenda, instalado formalmente no início de fevereiro, composto também por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do poder público no ABC nas esferas municipal, estadual e federal.

Para elaborar um diagnóstico dos déficits de trabalho decente na Região e para disseminar a proposta de Agenda, o Comitê Gestor decidiu reunir entidades de trabalhadores e empresários com o poder público no decorrer dos meses de março e abril de 2010, em seis oficinas realizadas nos municípios do ABC: 5/3, em Mauá; 16/3, em São Bernardo do Campo; 23/3, em São Caetano do Sul; 29/3, oficina conjunta entre Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, realizada em Ribeirão; 13/4, em Diadema; e 15/4, em Santo André. Para subsidiar as oficinas, o Comitê Organizador elaborou um documento-base, que pode ser lido no anexo 2 deste texto.

As oficinas tinham por objetivo sensibilizar os atores sociais (governo, trabalhadores, empregadores) para o tema, obter informações para o diagnóstico sobre déficits de trabalho decente na região e mobilizar para a Conferência Regional, em que os resultados deste processo serão apresentados, para debater propostas e aprovar a Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC.

Destas oficinas participaram representantes dos trabalhadores, dos empregadores e de diferentes esferas da administração pública: das Prefeituras os setores Trabalho e Emprego; Saúde; Desenvolvimento Social; etc.; do governo do Estado; e do governo Federal as gerências regionais do INSS e do Trabalho e Emprego. Também participaram membros dos órgãos colegiados da administração pública, principalmente de Comissões Municipais de Emprego, e também de Conselhos municipais de Saúde, Previdência, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e Social. Para a realização das oficinas, elaborou-se um roteiro indicativo, que consta do anexo deste documento.

A avaliação do conjunto das oficinas, realizada pela Comissão Organizadora da conferência regional, indicou como pontos bem avaliados: boa presença e participação do Movimento Sindical; preparação e apresentação dos dados municipais feita pelos representantes das Prefeituras; debate melhor orientado a partir das áreas temáticas e das questões problematizadoras; as oficinas garantiram boa informação da diversidade regional; difusão do tema foi alcançada; ampliou-se o leque de temas ao longo das oficinas (pessoas com deficiência, por exemplo).

¹ No anexo 3 deste documento encontram-se as propostas referentes às relações de trabalho e emprego elaboradas no seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, ponto de partida para a construção da Agenda Regional sobre Trabalho Decente no ABC.

E também avaliou os seguintes pontos a serem melhorados: pouca representação de empregadores; dificuldades para levantamento dos indicadores municipais; envolvimento de outras secretarias municipais, como saúde, etc.

A seguir apresentamos sistematização das propostas apresentadas pelos participantes das oficinas municipais, realizadas no processo de elaboração da Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC.

Contribuição das oficinas municipais de mobilização para a Conferência Regional sobre Trabalho Decente no ABC

PROPOSTAS DE AÇÃO

EIXO TEMÁTICO TRABALHO E RENDA

- 1) Complementar o diagnóstico do déficit de trabalho decente na região posteriormente à Conferência Regional, em consulta com os órgãos regionais e às representações de trabalhadores e empregadores.
- 2) Campanha da “Carteira Assinada” com o objetivo de promover a formalidade e aumentar a proteção social.
- 3) Campanha de valorização do trabalhador com mais de 40 anos de idade, incluindo a requalificação profissional.
- 4) Incluir a economia solidária no eixo temático “Trabalho e Renda” da Agenda Regional do Trabalho Decente.
- 5) Estudar/avaliar a extensão e as formas de terceirização do trabalho na região.
- 6) Incluir/estudar a extensão e as condições do trabalho doméstico na região.
- 7) Avaliar/inserir a contribuição das universidades públicas e privadas para o mercado de trabalho na região: exigir coerência e colaboração das universidades.
- 8) Avaliar/inserir o reconhecimento do valor do auto-emprego; do trabalho de cooperativados; e de micro empreendedores de uma forma geral.
- 9) Aprofundar/ampliar/melhorar as incubadoras de empresas na região, por meio de políticas públicas e de decisões administrativas.
- 10) Avaliar e definir meios de supressão da precarização no setor de serviços e de comércio na região.
- 11) Necessidade de integração dos dados dos Centros Públicos de Trabalho, Emprego e Renda da região.
- 12) Campanha de informação e sensibilização para a contratação de pessoas com deficiência, no cumprimento da Lei 8.213/91, art. 93 (“lei de cotas”), inclusive com os empregadores que não estão contemplados pela referida legislação.

EIXO TEMÁTICO PROTEÇÃO SOCIAL

- 13) Conferência Tripartite sobre Segurança e Saúde do Trabalhador do ABC, com a participação das Agências do INSS, das Superintendências Regionais do Trabalho e

Emprego (ex-DRT), dos CERESTs, das unidades do Sistema “S” (SESI, SENAI, SENAC etc.), dos sindicatos de trabalhadores e das entidades de empregadores.

- 14) Cartilha regional sobre o que seria trabalho decente e o que representa a sua ausência (perdas econômicas, sociais, familiares etc.).
- 15) Incluir/avaliar o impacto da falta de “segurança pública” na qualidade de vida no trabalho de todas as pessoas, em particular dos trabalhadores/as bancários.
- 16) Precarização na construção civil: alta rotatividade da mão de obra; contratação de trabalho por tarefa; alojamentos inadequados etc.
- 17) Necessidade de integração dos dados dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Superintendências do Trabalho (ex-DRT) e Agências do INSS para evitar que o acidentado caia no “limbo” da falta de benefício e para melhorar a reabilitação profissional do acidentado na região (construção de um Centro, p.ex.).

EIXO TEMÁTICO IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DE TRATAMENTO

- 18) Curso de Capacitação sobre Gênero, Trabalho, Emprego e Renda, para gestores públicos da região.
- 19) Ampliar o enfoque de raça na Agenda Regional do Trabalho Decente.
- 20) Campanha de conscientização sobre a importância do equilíbrio entre vida familiar e vida no trabalho.
- 21) Campanha “Dá licença, queremos 180”, das trabalhadoras metalúrgicas: apoiar e difundir.
- 22) Conferência da mulher trabalhadora na região do ABC – de todas as cidades e de todos os setores.
- 23) Dar visibilidade à Pessoa com Deficiência (PcD): dificuldade para conseguir uma oportunidade; qualificação; cumprimento da legislação; contribuição das universidades; etc..

EIXO TEMÁTICO DIÁLOGO SOCIAL

- 24) Verificar/estabelecer a relação entre os indicadores de trabalho decente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) a cargo das Prefeituras e dos governos do Estado e Federal.
- 25) Incluir critérios e exigências de práticas de trabalho decente nos contratos da administração pública.
- 26) Por meio do diálogo social, definir e promover iniciativas voluntárias em favor do trabalho decente (trabalho infantil ou degradante na cadeia de fornecedores das grandes empresas; terceirização fraudulenta; segurança e saúde no trabalho etc.).
- 27) Indicadores “normativos” e de “capacidades institucionais” de promoção do trabalho decente na região (Leis, políticas públicas, estruturas administrativas, pessoal especializado etc.).

À medida da disponibilidade de informações com recorte municipal e regional, buscou-se elaborar o diagnóstico da situação regional nessas esferas, que segue.

Trabalho e renda

A região do ABC caracteriza-se pela intensa atividade industrial, motor dinâmico que estruturou um modernizado setor de serviços e desenvolveu diversificada atividade comercial.

A tabela 1 mostra a evolução da população total nos sete municípios que compõem o ABC, estimada em 2,6 milhões de pessoas ao final de 2009. Deste total, 2,2 milhões estão em idade ativa, isto é, com 10 anos de idade ou mais. Destas, 1,3 milhão de pessoas correspondem àquelas que estão economicamente ativas, ou seja, trabalhadores ocupados ou desempregados.

População	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Em 1.000 pessoas	
											Variação (2009/2008)	
											Absoluta	Relativa (%)
TOTAL	2.352	2.383	2.414	2.446	2.479	2.512	2.540	2.569	2.599	2.629	30	1,2
População em Idade Ativa	1.958	1.987	2.017	2.047	2.078	2.109	2.138	2.168	2.198	2.229	31	1,4
População Economicamente Ativa	1.171	1.226	1.259	1.265	1.307	1.314	1.311	1.325	1.361	1.360	-1	-0,1
Desempregados	219	217	240	257	239	212	194	183	155	177	22	14,2
Aberto	142	142	155	166	149	142	136	129	113	140	27	23,9
Oculto	77	75	86	91	90	71	58	54	42	37	-5	-11,9
Ocupados	952	1.009	1.019	1.008	1.068	1.102	1.117	1.142	1.206	1.183	-23	-1,9
Indústria	259	282	281	269	289	300	312	306	330	322	-8	-2,4
Comércio	146	153	154	157	157	171	164	172	177	172	-5	-2,8
Serviços	456	480	488	481	512	537	542	562	591	587	-4	-0,7
Outros (2)	91	94	96	101	110	94	99	102	108	102	-6	-5,6
Inativos	787	761	758	782	771	795	827	843	837	869	32	3,8

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
(2) Englobam: Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

A tabela acima permite evidenciar o crescimento expressivo da PIA e da PEA na última década, bem como o persistente declínio do número de desempregados a partir de 2003, especialmente do desemprego oculto, seja por trabalho precário ou pelo desalento. Esta redução do desemprego oculto reflete a aceleração do crescimento econômico verificada a partir de 2006, e não foi descontinuada nem sob os efeitos da crise econômica mundial, que afetou de forma mais intensa a taxa de desemprego aberta, que se elevou 23,9% entre 2008 e 2009.

Em relação aos trabalhadores ocupados, nota-se crescimento expressivo entre 2000 e 2009, especialmente na indústria e nos serviços, a partir da metade da década.

A tabela acima mostra que o contingente de trabalhadores desempregados foi estimado, para 2009 em 177 mil pessoas, 22 mil a mais que em 2008, por reflexo da crise, interrompendo a série de criação de ocupações verificada desde 2000 e de incorporação de novos trabalhadores ao mercado de trabalho regional.

Observado a partir dos registros administrativos de empregos formais para o ano mais recente disponível, conforme a tabela 2 abaixo, pode-se notar a forte presença da indústria de transformação na região do ABC, que empregava 34,8% do total de trabalhadores da região.

Sob o ponto de vista de gênero, a tabela mostra que, do total de trabalhadores homens, 42,6% trabalhavam na indústria, enquanto 21% das mulheres, ou seja, metade do total de homens, também trabalhava no setor secundário da economia. Este percentual se inverte no setor de serviços, em que 31% dos homens estavam empregados, diante de 47,8% do total das mulheres.

Tabela 2

Emprego Formal por Sexo e Setores de Atividade na Região do ABCD, 2008

	Masculino		Feminino		Total	
	peçoas	em %	peçoas	em %	peçoas	em %
Total das Atividades	467.684	100,0	265.782	100,0	733.466	100,0
Extrativa Mineral	154	0,0	24	0,0	178	0,0
Indústria de Transformação	199.176	42,6	56.276	21,2	255.452	34,8
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.618	0,8	885	0,3	4.503	0,6
Construção Civil	28.744	6,1	1.850	0,7	30.594	4,2
Comércio	71.350	15,3	52.266	19,7	123.616	16,9
Serviços	149.352	31,9	127.009	47,8	276.361	37,7
Administração Pública	15.171	3,2	27.424	10,3	42.595	5,8
Agropecuária	119	0,0	48	0,0	167	0,0
Idade de 16 a 24 anos	91.596	19,6	61.571	23,2	153.167	20,9

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego, 2008

Com relação à idade, a tabela acima indica que 20,9% do total de empregados no ABC em 2008 situavam-se entre os 16 e 24 anos, sendo que, nesta faixa etária, eram 23,2% do total das mulheres e 19,6% do total de homens. A tabela a seguir detalha a composição dos jovens até 30 anos no conjunto do emprego formal no ABC em 2008.

REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES JOVENS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO GRANDE ABC													
Setores IBGE	Até 17 anos		De 17,01 a 20 anos		De 20,01 a 24 anos		De 24,01 a 27 anos		De 27,01 a 30 anos		Total até 30 anos		
	Frequência	Remuneração Média (R\$)	Frequência	Remuneração Média (R\$)	Frequência	Remuneração Média (R\$)	Frequência	Remuneração Média (R\$)	Frequência	Remuneração Média (R\$)	Frequência	Participação	Remuneração Média (R\$)
Extrativa mineral	-	-	-	-	12	1.474,14	14	2.339,53	6	2.661,56	32	0,0%	2.075,39
Industria de transformacao	1.514	628,03	12.775	938,18	30.803	1.294,76	28.310	1.662,52	26.258	1.932,70	99.660	32,1%	1.511,47
Serviços Ind. de Util. Pública	12	420,73	103	841,30	260	958,74	248	1.113,96	298	1.196,91	921	0,3%	1.057,46
Construcao civil	60	537,45	144	893,13	3.729	1.050,45	3.187	1.250,03	3.159	1.317,00	10.279	3,3%	1.189,05
Comercio	2.106	567,43	13.753	693,28	22.465	830,16	16.394	988,90	13.831	1.104,76	68.549	22,1%	888,00
Serviços	4.142	441,01	20.848	644,85	37.367	871,01	31.235	1.121,93	29.190	1.289,56	122.782	39,5%	981,44
Administracao publica	21	447,27	298	802,14	1.434	1.048,69	2.197	1.262,61	2.855	1.493,38	6.805	2,2%	1.291,67
Agrope., Extr Veg., Caça e Pesca	1	450,00	16	638,40	20	645,96	12	738,00	17	729,41	66	0,02%	679,39
Total	7.856	511,67	49.509	743,95	96.090	1.007,18	81.597	1.291,68	75.614	1.487,56	310.666	100,0%	1.144,35
Representação de jovens sobre o total de trabalhadores formais no ABC	1,1%		6,8%		13,1%		11,1%		10,3%		42,4%		

Fonte: MTE (RAIS/2008).
Elaboração: Subseção DIEESE / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
Nota: Contava-se 733.466 trabalhadores formais no Grande ABC em 2008.

Nota-se que são 310 mil trabalhadores com idade até 30 anos empregados no ABC, correspondendo a 42,4% do total dos trabalhadores empregados com carteira assinada na região em 2008.

Destaca-se a inserção de jovens na indústria, seja pela participação relativa (32,1%), seja pela remuneração, a maior verificada entre os setores de atividade mais representativos para todas as faixas etárias indicadas na tabela.

Em relação aos setores de atividade, a maior participação (39,9%) está no setor de serviços, em que se registram os empregados em telemarketing, por exemplo, atualmente a principal ocupação inicial de jovens no mercado de trabalho na região.

A tabela a seguir apresenta a evolução na última década das taxas de participação no mercado de trabalho da população economicamente ativa em relação à população em idade ativa.

Tabela 2										
Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais										
Região do ABC (1)										
2000-2009										
										Em porcentagem
Atributos Pessoais	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	59,8	61,7	62,4	61,8	62,9	62,3	61,3	61,1	61,9	61,0
Sexo										
Homens	71,1	71,9	72,4	71,7	71,9	71,9	70,4	70,5	70,1	69,7
Mulheres	49,5	52,3	53,1	52,7	54,8	53,9	53,0	52,6	54,3	53,1
Posição no Domicílio										
Chefe	75,2	74,7	76,0	75,7	75,1	74,2	72,7	72,5	72,1	72,1
Demais	52,1	54,9	55,3	54,6	56,2	55,9	55,1	54,7	56,2	54,8
Cônjuge	46,7	49,7	53,1	51,9	53,6	53,0	53,0	53,4	54,6	55,2
Filho	55,5	58,2	56,8	56,4	58,7	58,3	57,4	56,0	57,8	55,1
Outros	53,9	56,8	56,2	55,2	54,2	54,6	52,1	53,3	53,9	52,0
Faixa Etária										
10 a 14 Anos	6,4	6,3	6,3	5,7	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
15 a 17 Anos	47,2	48,7	43,0	43,9	43,8	43,2	42,0	37,9	37,1	31,4
18 a 24 Anos	81,0	83,9	82,7	82,5	84,3	84,5	84,3	84,1	84,5	83,4
25 a 39 Anos	80,7	82,1	83,1	82,5	83,6	82,2	83,1	83,2	85,3	84,7
40 a 59 Anos	66,3	66,4	68,0	68,0	68,5	67,5	66,8	68,2	67,8	69,4
60 Anos e Mais	17,7	19,9	19,6	18,3	18,2	19,6	18,3	19,0	18,5	17,6
Nível de Instrução										
Analfabeto	34,9	34,9	37,1	35,6	35,4	30,0	25,8	29,3	28,7	23,8
Ensino Fundamental Incompleto	44,5	46,1	46,2	45,3	44,0	41,9	39,3	38,3	39,7	36,2
Ens.Fund.Comp.+Ens. Médio Inc.	67,6	68,6	67,4	65,4	66,6	64,1	62,0	60,6	60,8	57,2
Ens.Médio Comp.+Ens.Superior Inc.	81,2	82,4	83,0	82,6	82,6	82,4	81,5	81,6	82,0	80,8
Superior Completo	86,4	87,1	87,3	87,9	89,0	89,0	89,6	87,7	87,3	88,1

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota-se uma pequena elevação na participação total, e uma significativa elevação na participação das mulheres, já no início da série histórica, diante de uma relativa estabilidade na participação masculina.

Em relação à faixa etária, até quando a amostra da pesquisa possibilitou aferição para o atributo, em 2003, registrava-se um percentual de 5,7% de crianças entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho.

Chama a atenção a expressiva queda na participação de jovens entre 15 e 17 anos de idade ao longo da década, possivelmente por melhores condições de renda familiar para permitir dedicação exclusiva aos estudos. Em relação a esta faixa etária, a queda entre 2008 e 2009 também reflete os impactos mais acentuados do desemprego motivado pelos efeitos da crise econômica sobre a juventude.

Observando as taxas de participação e relação à escolaridade, os dados indicam elevação nos anos de estudo da população economicamente ativa, com queda

significativa na participação de pessoas não-alfabetizadas e com escolarização fundamental ou média incompleta.

As duas tabelas a seguir mostram, em percentual e em contingente de pessoas, a elevação do assalariamento na região do ABC ao longo da última década, puxada pela forte elevação dos assalariados com carteira de trabalho assinada.

Tabela 4										
Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação										
Região do ABC (1)										
2000-2009										
Posição na Ocupação	Em porcentagem									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total (2)	65,2	66,4	65,3	65,1	64,8	67,1	69,4	68,2	71,0	71,0
Com Carteira Assinada	44,1	44,9	45,2	45,1	45,0	46,2	48,9	48,3	51,3	53,2
Sem Carteira Assinada	13,4	14,1	13,1	12,6	12,4	13,2	12,6	11,8	12,7	10,6
Setor Público	7,6	7,3	7,1	7,4	7,4	7,7	7,9	8,0	7,0	7,3
Autônomo	20,0	20,0	20,9	20,8	21,1	20,1	18,4	18,8	17,0	16,6
Trabalha para Empresa	7,6	8,5	8,5	8,7	8,6	8,3	7,1	7,3	6,7	10,2
Trabalha para o Público	12,4	11,5	12,4	12,2	12,4	11,8	11,3	11,5	10,3	6,4
Empregadores	4,7	4,4	4,8	4,4	4,3	3,7	3,6	4,0	3,8	4,1
Empregados Domésticos	7,3	6,8	6,7	7,2	7,6	6,8	6,6	6,8	6,5	6,2
Demais	2,8	2,5	2,2	2,4	2,3	2,2	2,0	2,2	1,7	2,1

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
 (2) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Tabela 4a										
Estimativa dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação										
Região do ABC (1)										
2000-2009										
Posição na Ocupação	Em 1000 pessoas									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	952	1.009	1.019	1.008	1.068	1.102	1.117	1.142	1.206	1.183
Assalariados Total (2)	621	670	665	656	692	739	775	779	856	840
Com Carteira Assinada	420	453	461	455	481	509	546	552	619	629
Sem Carteira Assinada	128	142	133	127	132	145	141	135	153	125
Setor Público	72	74	72	75	79	85	88	91	84	86
Autônomo	190	202	213	210	225	222	206	215	205	196
Trabalha para Empresa	73	85	86	87	92	91	79	83	81	121
Trabalha para o Público	118	116	127	123	133	130	126	131	124	76
Empregadores	45	44	49	44	46	41	40	46	46	49
Empregados Domésticos	69	69	68	73	81	75	74	78	78	73
Demais	27	24	22	24	25	24	22	25	21	25

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
 (2) Inclusive os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

As tabelas acima mostram redução da participação do contingente de trabalhadores autônomos e dos classificados em demais posições ocupacionais (que são os donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração salarial e profissionais universitários autônomos), entre o total de ocupados. Por outro lado, cabe notar o aumento dos autônomos que trabalham para a empresa e a diminuição dos autônomos para público.

O nível ocupacional dos empregadores recuperou-se nos últimos anos, após forte inflexão na metade da década, mantendo-se ligeiramente superior a que era em 2000.

Entre os ramos com maior participação no total de ocupados, cujos dados podem ser detalhados, destacam-se, na década, os aumentos e termos absolutos, do nível da ocupação na indústria metal-mecânica, nos serviços auxiliares e no comércio varejista.

Tabela 3
Distribuição dos Ocupados, segundo Setor e Ramo de Atividade
Região do ABC (1)
2000-2009

Setores e Ramos de Atividade	Em porcentagem									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	27,2	27,9	27,6	26,7	27,1	27,2	27,9	26,8	27,4	27,2
Metal-Mecânica	13,9	14,0	14,0	13,6	13,4	13,6	14,4	13,9	14,2	14,3
Química, Farmacêutica e Plásticos	2,7	3,1	3,0	2,8	3,2	3,1	3,2	2,8	2,9	3,0
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,6	1,5	(2)
Alimentação	1,4	1,5	1,3	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3	1,5	(2)
Gráficas e Editoras	1,4	1,2	1,3	1,2	1,3	1,2	(2)	1,4	(2)	1,3
Outras indústrias	2,3	2,2	2,2	2,0	2,2	2,2	2,1	1,7	2,0	1,8
Comércio	15,3	15,2	15,1	15,6	14,7	15,5	14,7	15,1	14,7	14,5
Autos e Combustíveis	1,8	1,7	1,6	1,9	1,8	1,7	1,5	1,7	1,6	1,8
Venda Veículos	1,5	1,3	1,3	1,5	1,4	1,4	(2)	1,4	(2)	1,4
Atacadista	1,4	1,5	1,7	1,6	1,6	1,7	1,4	1,6	1,5	1,5
Varejista	12,1	12,0	11,8	12,2	11,3	12,1	11,8	11,9	11,6	11,1
Varejista Lojas	1,6	1,5	1,4	1,5	1,5	1,6	1,9	1,8	2,0	1,8
Varejista Alimentos-Bebidas-Fumo	1,9	2,2	2,1	2,3	2,2	2,4	1,6	2,1	1,9	1,7
Varejista Tecidos-Vestuário	1,7	1,5	1,5	1,5	1,2	1,5	1,5	1,6	1,6	1,8
Varejista Outros	4,5	4,1	3,8	4,5	4,0	4,3	4,5	4,4	4,5	4,1
Varejista Vias Públicas	2,2	2,2	2,6	2,1	1,9	1,9	1,9	1,5	(2)	1,4
Serviços	47,9	47,6	47,9	47,7	47,9	48,7	48,5	49,2	49,0	49,6
Transportes e Armazenagem	4,7	4,4	4,0	4,1	3,9	4,4	4,1	4,2	4,4	4,4
Especializados	4,6	4,9	4,6	4,7	4,8	4,8	5,1	5,2	5,1	4,9
Administração Pública, Forças Armadas e Polícia	2,5	2,5	2,5	2,6	2,7	2,8	2,7	2,8	2,6	2,5
Créditos e Financeiros	1,6	1,3	1,6	1,4	1,6	1,3	1,6	1,7	2,2	1,8
Pessoais	1,7	1,8	2,0	1,9	2,3	2,4	2,1	2,3	2,1	2,4
Alimentação	5,0	5,1	5,4	5,4	4,7	4,8	4,2	4,3	4,7	5,1
Educação	4,1	3,8	3,7	3,7	4,0	3,7	4,7	4,4	3,7	4,3
Saúde	3,7	3,7	3,5	3,4	3,8	3,8	3,8	4,2	3,8	3,8
Comunicações	1,2	1,4	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Comunitários	1,7	1,5	1,7	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
Auxiliares	3,0	3,3	3,7	3,3	3,3	4,3	4,4	4,1	4,9	4,6
Oficinas de Reparação Mecânica	2,2	2,3	2,5	2,3	2,5	2,4	2,4	2,8	2,4	2,1
Reformas e Reparação de Edificações	2,7	2,4	2,6	2,9	2,9	2,7	2,6	2,8	2,8	2,5
Outros Serviços de Reparação e Limpeza	4,7	4,1	4,9	4,4	4,5	3,7	4,0	3,8	3,8	3,9
Outros Serviços	2,4	2,3	2,1	2,4	2,3	2,2	2,0	2,0	2,2	2,0
Construção Civil	2,0	2,1	2,3	2,4	2,1	1,6	1,8	1,8	1,9	2,3
Serviços Domésticos	7,3	6,8	6,7	7,2	7,6	6,8	6,6	6,8	6,5	6,2

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As duas tabelas seguintes mostram a situação do desemprego no ABC. A taxa de desemprego total reduziu-se entre 2004 e 2008 e apresentou elevação no ano em que os impactos da crise se fizeram sentir mais fortemente no Brasil.

Segundo suas componentes, a redução nestes cinco anos da década se verificou nas taxas de desemprego aberto e oculto, sendo que em 2009, a elevação mais substancial se deu precisamente na taxa de desemprego aberto.

Tabela 5
Taxas de Desemprego, segundo Tipo
Região do ABC (1)
2000-2009

Tipo de Desemprego	Em porcentagem									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	18,7	17,7	19,1	20,3	18,3	16,1	14,8	13,8	11,4	13,0
Aberto	12,1	11,6	12,3	13,1	11,4	10,8	10,4	9,7	8,3	10,3
Oculto Total	6,6	6,1	6,8	7,2	6,9	5,4	4,4	4,1	3,1	2,7
Pelo Trabalho Precário	4,6	4,1	4,7	5,2	5,0	4,0	3,2	3,0	2,2	1,7
Pelo Desalento	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9	1,4	1,3	1,1	(2)	(2)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em todos os segmentos populacionais analisado decresceu a taxa de desemprego, sobretudo naqueles com expressiva participação no mercado de trabalho, ou seja:

homens (16,0% para 10,9%), chefes de domicílio (10,5% para 7,3%), pessoas de 18 a 24 anos de idade (26,8% para 22,9%) e aquelas com ensino médio completo ou ensino superior incompleto (de 17,1 para 14,1%).

Tabela 6										
Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais										
Região do ABC (1)										
2000-2009										
Atributos Pessoais	Em porcentagem									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	18,7	17,7	19,1	20,3	18,3	16,1	14,8	13,8	11,4	13,0
Sexo										
Homens	16,0	14,3	15,9	17,3	15,8	13,1	12,2	11,6	8,8	10,9
Mulheres	22,4	22,0	23,3	24,1	21,3	19,7	18,0	16,5	14,5	15,4
Posição no Domicílio										
Chefe	10,5	9,7	10,9	12,1	9,8	8,4	7,6	7,4	5,6	7,3
Demais	24,7	23,4	25,0	26,3	24,5	21,7	20,0	18,5	15,5	17,1
Cônjuge	18,8	19,4	20,3	20,1	18,4	16,2	15,3	13,7	12,4	11,9
Filho	28,8	26,1	28,6	30,2	28,6	25,5	22,9	21,6	17,7	20,8
Outros	22,5	22,6	23,4	27,4	25,1	21,2	22,1	20,0	(2)	(2)
Faixa Etária										
10 a 14 Anos	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
15 a 17 Anos	50,0	47,3	50,6	50,0	50,0	45,8	45,1	44,1	37,6	40,8
18 a 24 Anos	26,8	24,5	27,8	30,5	28,5	25,9	23,9	23,9	18,7	22,9
25 a 39 Anos	14,1	13,7	15,3	16,1	14,4	12,4	12,5	11,6	9,7	11,5
40 Anos e Mais	12,3	11,8	12,4	13,5	11,7	10,0	7,9	7,4	6,2	6,9
Nível de Instrução										
Analfabeto	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Ensino Fundamental Incompleto	19,8	19,5	19,9	21,3	19,1	15,9	13,5	13,2	11,0	11,9
Ens.Fund.Comp.+Ens. Médio Inc.	24,7	23,4	25,3	27,2	25,2	22,6	22,1	20,0	18,1	18,2
Ens.Médio Comp.+Ens.Superior Inc.	17,1	15,8	17,9	19,3	17,1	15,9	15,2	14,3	11,4	14,1
Superior Completo	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Mesmo com a elevação nas taxas e desemprego verificadas em 2009, a redução em relação ao início da década se manteve expressiva.

Como a taxa de participação dos jovens de 18 a 24 anos e das pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto aumentou no período de dez anos analisado, a retração de sua taxa de desemprego deveu-se principalmente ao aumento do nível ocupacional destes segmentos, situação um pouco diferente da dos homens e dos chefes de domicílio, cuja taxa de desemprego diminuiu também devido à saída de algumas dessas pessoas da força de trabalho.

As próximas três tabelas apresentam dados sobre evolução do rendimento dos ocupados na região do ABC na última década, em Reais de fevereiro de 2010, utilizando como deflator o Índice de Custo de Vida calculado pelo DIEESE.

Tabela 7										
Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação										
Região ABCD (1)										
2000-2009										
	Em reais de fevereiro de 2010									
Posição na Ocupação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total de Ocupados	1.506	1.430	1.376	1.232	1.214	1.260	1.254	1.327	1.324	1.422
Assalariados (2)	1.569	1.506	1.477	1.328	1.339	1.353	1.339	1.420	1.389	1.485
Setor Privado	1.541	1.456	1.441	1.286	1.310	1.321	1.311	1.388	1.351	1.413
Com Carteira Assinada	1.704	1.624	1.571	1.413	1.449	1.453	1.433	1.487	1.473	1.531
Sem Carteira Assinada	972	906	973	815	785	846	833	972	845	827
Setor Público	1.774	1.912	1.769	1.651	1.564	1.597	1.565	1.661	1.732	2.090
Autônomo	1.258	1.090	934	769	830	927	909	891	1.019	1.101
Trabalha para o Público	1.069	932	817	679	786	838	865	800	910	921
Trabalha para Empresa	1.544	1.284	1.104	890	891	1.047	975	1.026	1.166	1.342
Empregadores	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Empregados Domésticos	502	476	453	398	414	401	438	450	484	492
Mensalista	490	477	459	419	437	421	453	(3)	(3)	(3)
Diarista	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Demais	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
(1) A Região do ABCD compreende os seguintes municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
(2) Inclusive os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

Na década, para o total dos ocupados, nota-se que o rendimento real médio total se reduziu em todos os segmentos por posição na ocupação, com uma única exceção, qual seja, dos ocupados no setor público. Ou seja, o decréscimo do salário médio real reflete a redução do rendimento médio recebido pelos empregados do setor privado.

Quando detalhado segundo a posse de carteira assinada, os empregados no setor privado que a possuíam apresentaram recuperação de seus rendimentos reais entre 2008 e 2009, enquanto os trabalhadores sem carteira tiveram redução.

Por setor de atividade, observando os dados nos últimos dois anos da série histórica, o desempenho dos rendimentos do trabalho foi igualmente de aumento para indústria, comércio, serviços e serviços domésticos, chamando atenção a diferença na remuneração entre os trabalhadores em serviços domésticos em relação aos ocupados nos demais setores de atividade.

Tabela 8										
Rendimento Real Médio dos Ocupados, segundo Setor e Ramo de Atividade Econômica										
Região ABCD (1)										
2000-2009										
	Em reais de fevereiro de 2010									
Setor e Ramo de Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total de Ocupados	1.506	1.430	1.376	1.232	1.214	1.260	1.254	1.327	1.324	1.422
Indústria	1.904	1.743	1.734	1.560	1.603	1.663	1.620	1.665	1.703	1.725
Metal-Mecânica	2.317	2.115	2.043	1.836	1.953	2.001	1.912	2.034	1.999	2.022
Comércio	1.264	1.158	1.159	1.008	988	974	1.002	995	1.014	1.147
Serviços	1.531	1.488	1.383	1.272	1.200	1.257	1.254	1.375	1.333	1.468
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	502	476	453	398	414	401	438	450	484	492
Demais	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
(1) A Região do ABCD compreende os seguintes municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

Em relação aos assalariados do setor privado, segundo porte das empresas em que estão ocupados, medido pelo número de trabalhadores empregados, verifica-se que, na década, as maiores reduções no rendimento médio real se verificaram nas empresas de médio e grande porte.

Tabela 9										
Rendimento Real Médio dos Assalariados do Setor Privado, segundo Número de Empregados da Empresa onde Trabalham										
Região ABCD (1)										
2000-2009										
										Em reais de fevereiro de 2010
Tamanho da Empresa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total de Assalariados do Setor Privado	1.541	1.456	1.441	1.286	1.310	1.321	1.311	1.388	1.351	1.413
Até 5 Empregados	707	698	712	617	610	628	713	716	(2)	(2)
De 6 a 49 Empregados	1.162	1.076	1.078	976	977	983	1.000	1.052	946	1.069
De 50 a 99 Empregados	(2)	(2)	(2)	1.333	1.220	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
De 100 a 499 Empregados	1.642	1.615	1.585	1.427	1.350	1.477	1.490	1.581	1.503	1.492
500 Empregados ou Mais	2.302	2.226	2.124	1.842	1.961	1.936	1.842	1.931	1.936	1.972
Não Sabe	1.074	1.105	960	(2)	(2)	(2)	876	960	883	(2)

Fonte: Convênio Dieese-Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 (1) A Região do ABCD compreende os seguintes municípios: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.
 Nota: Exclui-se os assalariados que não tiveram remuneração no mês. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

A tabela a seguir identifica a distribuição dos ocupados segundo local de moradia e de trabalho.

Distribuição dos Ocupados segundo Região onde Mora por Região onde Trabalha				
Região Metropolitana de São Paulo				
2009				
Em porcentagem				
Ocupados	Total	Região Onde Mora		
		MSP	ABC	Demais
Região onde Trabalha				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
MSP	66,7	94,7	18,0	30,3
ABC	10,5	1,8	79,1	0,4
No mesmo município onde mora	7,0	-	59,0	-
Noutro município do ABC	3,5	1,8	20,1	0,4
Outros	22,7	3,5	2,9	69,3

Fonte: Convênio Dieese - Seade. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota-se que, dos moradores do ABC, 79,1% trabalham dentro do próprio ABC, sendo que 59% no mesmo município onde mora e 20,1% em outro município da mesma região; 18% dos moradores do ABC trabalham na região metropolitana de São Paulo, enquanto 2,9% trabalham em outros municípios.

A tabela a seguir sumariza o problema da rotatividade de trabalhadores no ABC. Para obter o indicador de rotatividade, comparamos o total de trabalhadores admitidos no período em relação ao estoque inicial de trabalhadores no primeiro mês considerado.

**EMPREGO E ROTATIVIDADE NO ABC PAULISTA
ABRIL/2009-MARÇO/2010**

SETORES	Emprego por Setor				Rotatividade no último ano
	Abril/2009	Março/2010	Part. Do Setor em Março/2010	Saldo de Empregos Abr/2009-Mar/2010	
Extrativa Mineral	184	201	0,0%	17	14,0%
Indústria	244.387	251.420	33,5%	7.033	27,5%
Serv. Ind. Utilidade Pública	4.510	4.509	0,6%	-1	14,3%
Construção Civil	30.835	34.172	4,6%	3.337	95,0%
Comércio	122.844	128.370	17,1%	5.526	48,0%
Serviços	275.755	288.475	38,4%	12.720	51,3%
Administração Pública	42.593	42.913	5,7%	320	6,4%
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	187	204	0,0%	17	58,3%
Emprego Formal Total	721.295	750.264	100,0%	28.969	41,9%

Fonte: RAIS/CAGED - MTE.

Elaboração: Subseção do DIEESE/Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Nota: Considera ABC Paulista os municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Como se vê, tomando por base dados de emprego formal para os últimos doze meses, entre abril de 2009 e março de 2010, a rotatividade de trabalhadores na Construção Civil chegou a 95% no período. Praticamente a totalidade do estoque de trabalhadores no setor vivenciou a instabilidade da rotatividade.

O setor de serviços (51,3%) e o comércio (48,0%) também apresentaram taxas elevadíssimas e acima da alta média total para o conjunto dos setores de atividade no ABC (41,9%). A taxa da indústria (27,5%) é também significativamente problemática.

Menor rotatividade é registrada nos serviços industriais de utilidade pública (14,3%) e na administração pública (6,4%) local, referindo-se em grande medida aos cargos chamados comissionados.

Proteção social

A tabela a seguir compila as estatísticas oficiais sobre acidentes de trabalho agregadas para os sete municípios do ABC, comparando-as com os dados referentes ao estado de São Paulo e ao Brasil como um todo.

Tabela 10

Estatísticas municipais de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo - 2007/2008

MUNICÍPIO	ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DO TRABALHO													
	Total		Com CAT Registrada								Sem CAT Registrada		Óbito	
			Total		Motivo									
	2007	2008	2007	2008	Típico	Trajetos	Doença do Trabalho	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
BRASIL TOTAL.....	659.523	747.663	518.415	545.268	417.036	438.536	79.005	88.156	22.374	18.576	141.108	202.395	2.845	2.757
São Paulo.....	234.743	263.613	192.626	205.905	154.200	164.334	31.061	35.361	7.365	6.210	42.117	57.708	782	726
ABC.....	21.909	24.414	17.719	19.114	13.987	15.163	2.387	2.734	1.345	1.217	4.190	5.300	40	35

FONTE: DATAPREV

Os dados por si só chamam a atenção pela magnitude, sobretudo se referidos às realidades ocupacionais das economias centrais do capitalismo, como Alemanha e

Inglaterra, em que estes indicadores são extremamente reduzidos em relação à média regional.

É importante notar que o número total de acidentes nos dois anos registrados na tabela, apresenta crescimento nas três esferas de observação, a saber, nacional, estadual e regional. Seguindo o mesmo comportamento, a tabela registra redução nos casos de doença do trabalho e de óbitos nas três esferas, embora seja bastante elevado o registro de 35 trabalhadores mortos em 2008 no ABC.

No ABC, o aumento mais significativo se deu nos acidentes típicos com abertura de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e também naqueles sem abertura de CAT.

A tabela abaixo indica a taxa de habilitação do seguro-desemprego para os sete municípios do ABC, segundo sexo, no primeiro trimestre de 2010.

Seguro desemprego na Região do ABC por sexo, jan-mar 2010

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
Requerentes	15.200	10.443	25.643
SRTE	4.011	2.726	6.737
SINE	11.189	7.717	18.906
Segurados	14.646	10.126	24.772
SRTE	3.795	2.609	6.404
SINE	10.851	7.517	18.368
Taxa de Habilitação	0,96	0,97	0,97
SRTE	0,95	0,96	0,95
SINE	0,97	0,97	0,97

Fonte: SD/MTE

Dados sobre pobreza na região indicam que, em 2008, cerca de 55 mil pessoas (ou 2,1% da população de 2,6 milhões de habitantes) viviam com um quarto de salário-mínimo (R\$ 125,50) por mês. Para o mesmo ano eram 241 mil pessoas (ou 9,2% da população) vivendo com menos de meio salário-mínimo por mês. O índice de Gini do ABC é de 0,46, melhor do que o índice para o Brasil, que em 2008 estava em 0,54, segundo estudos do IPEA e do INPES-USCS.

Este indicador é construído a partir de informações sobre a concentração de renda na sociedade e indica menor desigualdade à medida que se aproxima de zero.

A tabela a seguir mostra o total de famílias que, em 2009, recebiam transferência de renda do Governo Federal através do cadastro no Programa Bolsa Família, por município de moradia no ABC.

A tabela mostra também cobertura do programa na região, a partir da porcentagem de famílias pobres de cada município que recebe este tipo de transferência, em relação ao total e famílias pobres aptas a receberem o benefício para cada município.

**NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E COBERTURA
MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ABC, 2009**

Município	Nº de Famílias Beneficiadas Dezembro de 2009	Valor Total Repassado Ano de 2009 (Em R\$)	Cobertura do Bolsa Família 2009 % Famílias Pobres Cobertas *
Diadema	14.625	13.455.498,00	119,1
Mauá	11.616	12.347.826,00	86,0
Ribeirão Pires	4.013	3.786.854,00	131,5
Rio Grande da Serra	2.839	2.593.930,00	164,7
Santo André	16.021	15.530.172,00	93,6
São Bernardo do Campo	16.778	13.844.152,00	91,5
São Caetano do Sul	767	594.463,00	37,1
Total ABC	66.659	62.152.895,00	-
Estado de São Paulo	1.138.129	1.055.782.881	-

Fonte: MDS - SAGI

* Percentual de famílias atendidas pelo Programa. Expressa a cobertura do Programa Bolsa Família, mensalmente, numa área geográfica específica, em relação à estimativa de famílias pobres que se enquadram no perfil de inclusão do Programa.

No caso de Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, os percentuais indicam que a cobertura é total para as famílias aptas a receber a transferência de renda e que outras famílias, que são pobres mas em condições de renda um pouco melhores do que as mais pobres, também já são atendidas pelo programa, o que reflete diretriz do Ministério de Desenvolvimento Social de ampliar a cobertura do Bolsa Família par atingir também famílias em situação menos pior de pobreza.

A tabela seguinte indica o número de pessoas que, em dezembro de 2009, nos sete municípios do ABC, recebiam algum tipo de benefício de prestação continuada. Destaca-se a população com deficiência que, moradora da região, recebem o benefício.

**NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) EM DEZEMBRO DE 2009 E
VALOR TOTAL REPESADO DURANTE O ANO DE 2009
MUNICÍPIOS DO ABC, 2009**

Município	Pessoas com Deficiência	Valor Repassado	Idosos	Valor Repassado	Total de Beneficiários	Valor Total Repassado - 2009
Diadema	3.010	14.649.619,44	3.575	17.504.172,74	6.585	32.153.792,18
Mauá	2.401	11.857.546,47	2.857	13.823.270,61	5.258	25.680.817,08
Ribeirão Pires	580	2.780.654,38	1.044	4.943.740,91	1.624	7.724.395,29
Rio Grande da Serra	238	1.147.629,67	252	1.259.724,00	490	2.407.353,67
Santo André	2.620	12.743.994,50	3.930	19.077.727,37	6.550	31.821.721,87
São Bernardo do Campo	3.526	17.430.595,84	4.581	22.320.140,95	8.107	39.750.736,79
São Caetano do Sul	471	2.231.118,11	1.301	6.296.656,50	1.772	8.527.774,61
Total ABC	12.846	62.841.158,41	17.540	85.225.433,08	30.386	148.066.591,49
Estado de São Paulo	225.041	1.098.543.029,89	297.844	1.458.561.357,56	522.885	2.557.104.387,45

Fonte: MDS - SAGI

Igualdade de oportunidades e de tratamento

Nesta área temática, a disponibilidade de dados permite analisar a situação de homens e mulheres empregados com carteira assinada e ocupando cargos de chefia nos diferentes setores de atividade econômica do ABC.

Para fins desta análise, consideramos níveis de chefia aqueles que os registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego identificam como supervisores, diretores e gerentes.

A observação da tabela abaixo indica evidências sobre os desafios existentes em se tratando de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho formal, segundo relação de gênero.

REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO GRANDE ABC, POR NÍVEIS DE CHEFIA E GÊNERO

Setores IBGE	Homens			Mulheres			Total	
	Frequência		Remuneração Média (R\$)	Frequência		Remuneração Média (R\$)	Frequência	Remuneração Média (R\$)
	Absol.	%		Absol.	%			
Extrativa mineral	8	73%	5.649,52	3	27%	8.666,98	11	6.472,47
Industria de transformacao	13.418	82%	6.771,67	3.012	18%	3.862,19	16.430	6.238,29
Servicos industr de utilidade publica	208	78%	2.787,98	59	22%	3.228,50	267	2.885,32
Construcao civil	1.874	95%	2.758,75	107	5%	2.585,17	1.981	2.749,37
Comercio	6.693	56%	2.341,65	5.321	44%	1.345,36	12.014	1.900,39
Servicos	6.971	54%	3.524,94	5.866	46%	2.341,04	12.837	2.983,94
Administracao publica	767	44%	4.312,34	960	56%	3.812,58	1.727	4.034,54
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	6	100%	845,19	-	0%	0,00	6	845,19
Total de Trabalhadores em Níveis de Chefia	29.945	66%	4.682,41	15.328	34%	2.392,83	45.273	3.907,23
Total de Trabalhadores no ABC (inclui níveis de chefia)	467.684	64%	1.957,52	265.782	36%	1.232,70	733.466	1.694,87
Total de Trabalhadores no ABC (exceto níveis de chefia)	437.739	64%	1.771,12	250.454	36%	1.161,70	688.193	1.549,33
Participação de Chefias sobre o Total de Trabalhadores no ABC	6,4%			5,8%			6,2%	

Fonte: MTE (RAIS 2008).
Elaboração: Subseção DIEESE / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em relação ao número de homens e de mulheres em cargos de chefia, a tabela mostra que a maior diferença ocorre na construção civil, em que 95% dos postos de chefia são ocupados por homens, embora a diferença de remuneração em relação às mulheres em cargo de chefia no setor seja a menor entre os setores analisados.

Na indústria, 82% dos cargos de chefia são ocupados por homens. No setor, as mulheres em cargo de chefia recebem cerca de 57% do valor recebido pelos homens chefes, o maior diferencial de renda entre os setores analisados.

O maior número absoluto de mulheres em cargo de chefia encontra-se no setor de serviços, em que 46% dos postos de chefia são ocupados por mulheres, e na administração pública, e que as mulheres são maioria (56%), embora recebam 88,4% do que recebem os homens em postos de chefia. Apenas no setor de serviços industriais de utilidade pública as mulheres em postos de chefia recebem salários médios maiores do que os homens.

Cabe notar que a proporção de homens no total de trabalhadores formais do ABC (64%) é ligeiramente inferior à proporção de homens em cargos de chefia (66%). No caso das mulheres, esta ligeira diferença também existe, só que de forma invertida, ou seja, são 36% de mulheres no total dos trabalhadores formais no ABC e 34% quando se destacam as mulheres em cargos de chefia.

A desigualdade de remuneração entre homens e mulheres em cargos de chefia indica que as últimas recebem apenas cerca de 51% do que recebem os homens nas mesmas posições na ocupação.

Diálogo Social

O ABC é reconhecido mundialmente como origem das melhores experiências de negociação coletiva permanente entre sindicatos de trabalhadores, entidades de empregadores e poder público.

Breve histórico do diálogo social regional

Este conjunto de ações é fruto do intenso processo de construção política que tem origem no ascenso do movimento operário a partir das greves de 1978, que representam o início da luta popular por construção de espaços democráticos para reflexão e ação regional no ABC e no Brasil. As mobilizações dos trabalhadores empunhavam as bandeiras da justiça econômica e da liberdade de ação sindical e política, bases para se construir uma esfera pública efetivamente democrática para debater os rumos da região.

O processo de integração regional nasce da luta operária, que conquistou, junto com os movimentos sociais do campo e das cidades, a anistia para os exilados, o fim do regime ditatorial, as eleições livres e diretas para todos os níveis de governo e a constituição de espaços públicos para a gestão democrática e participativa de municípios, regiões, estados e do País.

Um dos espaços fundamentais surgidos deste processo é o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, criado em dezembro de 1990, num contexto de crise econômica e como parte de novas concepções de ação regional. O Consórcio surgiu como nova maneira de propor a busca de soluções conjuntas para os problemas pelos quais passava a região, especialmente em temas relacionados ao meio-ambiente, na gestão de recursos hídricos e destinação dos resíduos sólidos. Em 1992 foi realizado o “Fórum ABC Ano 2000: Rumos do Desenvolvimento Regional”, que resultou na elaboração de um documento com propostas para dinamizar a economia do ABC.

Os anos seguintes assistiram nova efervescência nas manifestações da sociedade civil organizada, através da constituição do Fórum da Cidadania do Grande ABC, que teve sua origem no movimento “Voto no Grande ABC”, organizado em 1994, e que atingiu seu principal objetivo, ao apostar no surgimento de novas lideranças políticas através do fortalecimento da representatividade da região, investindo no aumento da bancada legislativa, tanto no Congresso Nacional, quanto na Assembléia Legislativa.

Sindicatos e movimentos sociais que fizeram parte do “Voto no Grande ABC” decidiram criar uma entidade que pudesse ser o instrumento de representação da sociedade civil organizada para a discussão dos problemas locais. O Fórum da Cidadania, que atuou nas eleições de 1994 e promoveu debates entre os candidatos aos cargos executivos dos municípios, cobrou sempre uma perspectiva regional na condução da política local, o que foi decisivo para que a pauta do debate fosse a regionalidade, como também para a sucessão dos prefeitos e dos novos rumos da experiência de articulação e cooperação intergovernamental.

Se o primeiro passo da ação regional tinha sido dado com a retomada das atividades do Consórcio Intermunicipal, o segundo surge com a criação da Câmara Regional do Grande ABC, em março de 1997, para estimular o desenvolvimento econômico local, com a participação da comunidade e das prefeituras da Região. Além de possibilitar a ampliação das atividades do Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional acrescentou também novas discussões temáticas, uma vez que ampliava a concepção de desenvolvimento regional ao incluir como suas dimensões essenciais a geração de emprego, a preservação do meio-ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Os primeiros anos de funcionamento da Câmara Regional foram dedicados à estruturação da entidade, incluindo a constituição de Grupos de Trabalho responsáveis por propostas que seriam transformadas em acordos regionais. Um dos acordos mais importantes criou a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em 1998, para, em conjunto com o Consórcio Intermunicipal, dar suporte institucional aos trabalhos coordenados pela Câmara Regional.

Ao longo do ano seguinte, a Câmara dedicou-se a elaborar um amplo diagnóstico sobre a região, base para o documento “Grande ABC: Cenário Futuro”, com diretrizes que guiaram o Planejamento Regional Estratégico para os próximos dez anos da Região.

Esta trajetória de amplo diálogo social levou também à mobilização das Câmaras Setoriais da indústria automobilística e da indústria química, que atuaram ao longo da década de 1990, de reestruturação produtiva, abertura comercial desenfreada e fechamento e desnacionalização de indústrias no ABC.

Nos anos recentes, o seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, realizado em março de 2009, é desdobramento desta experiência constante de busca por debates entre os atores sociais regionais com vistas à elaboração de ações consensuadas para a integração regional e a promoção de melhor qualidade de vida nos sete municípios do ABC e no diálogo com os governos do Estado e Federal.

Diálogo social nos locais de trabalho

O centro da ação sindical é o local de trabalho, o interior da empresa, o chão de fábrica, pois é ali que se materializa a relação entre os interesses do capital e os interesses da classe trabalhadora: no valor dos salários; na duração da jornada; nas condições de trabalho de um modo geral, entre as quais se incluem:

- os benefícios que complementam a remuneração e funcionam como elemento de competitividade pela mão de obra no mercado: plano de saúde; auxílio transporte; auxílio estudo e material escolar; cesta básica; etc.;
- as condições de conforto e higiene: refeitório; ticket refeição; vestiários; uniformes;
- as condições de segurança e saúde; plano de cargos e salários; treinamento etc.

É também no local de trabalho que se realiza o cotidiano das relações de trabalho:

- a exigência de atenção, dedicação e produtividade crescente, a carga de trabalho atribuída pela gerência e supervisão e as condições efetivas para o seu cumprimento;
- a hierarquia das funções, a distribuição das tarefas, o registro e a responsabilização das falhas e das perdas de produção.

A empresa organiza sua administração para obtenção de produção e lucro por meio de sistemas de gestão: de pessoal; financeiro; de suprimentos e vendas; de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente; de conflitos jurídicos de ordem comercial, econômico, trabalhista; e outros.

O ordenamento jurídico brasileiro, com raras exceções (definição de programas de Participação em Lucros ou Resultados, constituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, por exemplo), delega à direção das empresas todo o poder de gestão no interior da empresa, inclusive e principalmente aquele que diz respeito a contratação e demissão da sua força de trabalho.

O Sindicato é o primeiro apoio a que o trabalhador/a pode recorrer para fazer valer os direitos que a legislação trabalhista lhe assegura em vários, mas não em todos, os aspectos acima relacionados.

Com sua capacidade de negociação, o Sindicato consegue complementar por meio dos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, diversos aspectos que a legislação não cobre ou não detalha. Daí a importância da sindicalização: quanto mais forte e representativo, maior a capacidade do Sindicato defender os interesses da categoria.

Mas, pela legislação brasileira, os Sindicatos se organizam do lado de fora dos locais de trabalho. Não podem ter comissões sindicais no interior das empresas. Não podem entrar na fábrica quando necessário e tampouco podem negociar sobre determinados aspectos que a lei assegura à direção das empresas.

Daí a importância da organização no local de trabalho (OLT).

Para poder melhor agir em defesa dos interesses dos e das trabalhadoras no interior das empresas o Sindicato estimula e promove a criação de Comissões de Fábrica e Sistemas Únicos de Representação (SUR), a eleição de Delegado Sindical e de companheiros/as comprometidos com a ação sindical, para a CIPA.

Por meio dessas OLTs e em conjunto com elas, o Sindicato se qualifica para melhor defender os interesses dos trabalhadores/as frente aos patrões (na campanha reivindicatória e nos fóruns setoriais das indústrias, por exemplo), frente aos governos (nas comissões municipais, estaduais e federais de Emprego, de Segurança e Saúde, de Previdência Social etc.), frente ao parlamento (na análise e posicionamento sobre projetos de lei municipais, estaduais e federais que podem ajudar ou prejudicar a categoria e/ou a classe trabalhadora) e na sociedade (na disputa ideológica em torno de temas como o valor do trabalho, do tempo livre, da garantia de emprego etc.).

Em contrapartida, os trabalhadores/as organizados nas empresas por meio de OLTs estão menos susceptíveis aos desmandos dos gestores e empregadores, em particular quando essas OLTs são intrinsecamente ligadas e amparadas pelo Sindicato.

Nessas condições, a OLT dispõe do respaldo político e organizacional do Movimento Sindical brasileiro, em suas esferas de base local (Sindicato), estadual (Federação), nacional (Confederação) e, muitas vezes, internacional, caso das Federações globais de trabalhadores (ICEM, do ramo químico, e FITIM, do ramo metalúrgico, por exemplo).

No ABC, as experiências exitosas de OLTs existem em categorias como dos trabalhadores químicos e farmacêuticos. Num universo de 900 indústrias do setor instaladas na região, existem cerca de 38 OLTs ativas, abrangendo cerca de 12 mil trabalhadores, ou 30% do total de trabalhadores da categoria, pois a maior parte destas OLTs existem em empresas de grande porte, com mais de 500 trabalhadores.

Da mesma forma, a busca pela negociação coletiva sempre foi um dos desafios dos trabalhadores metalúrgicos do ABC. Desde os anos 80, com as comissões de fábricas, conquistaram importantes avanços e melhoria no diálogo social nos locais de trabalho.

Logo em seguida, com a disseminação dos “comitês sindicais de empresa” nas pequenas e grandes fábricas, a prática da negociação coletiva em caráter permanente por meio destes interlocutores consolidou-se como referência de organização no local de trabalho e construção de um ambiente diferenciado. Atualmente são 96 comitês na base que, ao todo, representam 84% da categoria, aproximadamente 80.000 trabalhadores.

Os comitês sindicais de empresa têm por objetivo: difundir o trabalho e a cultura de associação de classe; representar o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no âmbito da empresa e os trabalhadores perante a empresa e instâncias do Sindicato; encaminhar pautas de reivindicações e negociações de interesses dos trabalhadores junto a empresa; e acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e instrumentos coletivos de trabalho.

Nos últimos 15 anos, a experiência de diálogo social no ABC ampliou seu escopo de ação por meio da constituição de Redes Intersindicais de Trabalhadores em Empresas Transnacionais. As Redes, de caráter intersindical que não constituem uma nova entidade e tampouco substituem o poder de negociação dos Sindicatos, auxiliam o diálogo social sobre questões específicas de trabalhadores de uma única empresa com unidades em vários países. Por exemplo, na categoria dos trabalhadores em indústrias químicas do ABC, existe há 10 anos a Rede Intersindical dos Trabalhadores na BASF, transnacional alemã; a Rede de Trabalhadores na AkzoNobel, gigante holandesa na fabricação de tintas e químicos industriais; e a Rede de Trabalhadores do Mercosul no Grupo Solvay, petroquímica belga, além da recente Rede de Trabalhadores na Braskem, criada durante o processo de concentração de capital levado a cabo pela petroquímica do Grupo Odebrecht que, com recursos da Petrobras, adquiriu no início de 2010 a petroquímica Quattor.

Na administração pública nos sete municípios do ABC, o diálogo social também tem apresentado avanços, com a instalação de processos permanentes de negociação coletiva entre os gestores municipais e os sindicatos de servidores. Desta forma, no ABC, mesmo que com desafios ainda por superar, está sendo colocada em prática a Convenção 151 da OIT que dispõe sobre a negociação coletiva na administração pública.

ANEXO 2. Documento-base utilizado nas oficinas municipais

Construindo a Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC

– documento-base –

I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho; III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social; IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 23

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948 traz em seu artigo 23 o Direito ao Trabalho como um dos direitos básicos do homem. Herdeira da tradição da Revolução Francesa, a declaração da ONU praticamente reproduz o mesmo artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que trata do acesso ao trabalho, da qualidade do emprego, da remuneração justa, da proteção social e da liberdade sindical.

O direito ao trabalho, visto não só como acesso à ocupação mas também como emprego de qualidade, está presente atualmente na idéia de trabalho decente. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece que o trabalho decente “é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho”.

Neste sentido, a agenda do trabalho decente está estruturada em quatro eixos: a criação de emprego de qualidade, a extensão da proteção social, a promoção do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho (como a liberdade de associação e organização sindical, a eliminação do trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação na ocupação e na renda).

Origem do conceito de trabalho decente

O conceito de trabalho decente começou a ser forjado no ano de 1999 com a eleição do embaixador chileno Juan Somavia para o cargo de Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho e como parte da estratégia global de definir um novo papel para aquela que é a única organização do sistema das nações unidas onde o Governo não é o exclusivo representante de uma nação. Na OIT, tomam parte das decisões os representantes das organizações de trabalhadores e empregadores mais representativas de cada país, constituindo assim, o chamado “tripartismo”.

Um dos objetivos estratégicos do novo conceito era o de superar o entendimento de que a simples aplicação de normas bastaria para promover justiça social e, em particular, igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Essa idéia – aplicação de normas (ou cumprimento da lei, diríamos) – era e continua sendo um enfoque predominante da política laboral dos países do centro do capitalismo, trazendo embutida a idéia de que os países em desenvolvimento flagrantemente não cumprem as normas como uma estratégia de “dumping” social, ou seja, produzir a preços mais baixos (e, portanto, mais competitivos) para levar vantagens em uma economia globalizada.

O conceito de trabalho decente é mais abrangente e coloca no centro o papel das políticas públicas, superando o entendimento anterior de que o único papel do Estado era o de “polícia”, ou seja, de fiscalizar os ambientes e a relação de trabalho.

Daí que, no decorrer dos anos, as antigas “Delegacias” foram sendo substituídas por Superintendências Regionais do Trabalho (ou similares, em outros países) e os ministérios do trabalho ganharam também a dimensão do “emprego”, passando, regra geral, a se chamar, Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas as mudanças conceituais influenciaram mais além do que apenas os nomes. As políticas laborais ganharam nova dimensão e novo alcance: contribuir para a geração de emprego por meio de estímulos e da intermediação ativa no mercado; reconhecimento das ocupações; fomento da economia solidária; políticas dirigidas de qualificação profissional; emprego de jovens; promoção da igualdade de oportunidades e combate a todas as formas de discriminação; regulação do trabalho estrangeiro, doméstico, à distância; combate às formas degradantes de trabalho, como o trabalho infantil e o forçoso, análogo à escravidão e escravo; incentivo e promoção da gestão da segurança e saúde no trabalho como superação da visão meramente normativa; etc.

Como conseqüência natural dessa abordagem, a dimensão do trabalho adquire proporções que extrapolam os limites tradicionais de competência dos ministérios do trabalho e das atribuições dos sindicatos e das associações empresariais. Afinal, para dar conta de uma gama tão ampla de necessidades, fez-se imperativo o recurso da competência dos ministérios de Fazenda e de Planejamento, da Indústria e do Comércio, do Desenvolvimento Social, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e da Seguridade Social e outros.

Associações empresariais e sindicatos de trabalhadores também tiveram que se adaptar e, no caso brasileiro, as centrais sindicais enquanto formas de organização política da classe trabalhadora, puderam, de maneira mais ágil, dar conta da nova e imensa demanda. Já o antigo sistema de organização empresarial encontra sérias dificuldades para tratar e exercer competência de negociação em muitos desses assuntos, preferindo denegá-los ou, pior, delegá-los às esferas de decisão institucional (legislativo e judiciário, principalmente).

Daí emerge a necessidade do estímulo ao diálogo social, como medida e metodologia complementar à tradicional negociação coletiva de trabalho expressa por meio de acordos e convenções coletivas de trabalho e todo o sistema normativo complementar (justiça do trabalho, leis específicas etc.).

Mudar o foco do antigo conceito de aplicação de normas para um ambiente de construção de políticas públicas e de diálogo social não significa entretanto, virar as costas para o valor e a importância das leis que necessitam sempre atualizações e melhoras. Mas sim, aprimorá-las sob um novo enfoque, que pode incluir a regulamentação do sistema financeiro, a macroeconomia, as regras de importação e exportação, os mecanismos de tributação, a regulamentação do espaço urbano e do uso da terra, a oferta de crédito como incentivo à produção, a formalização de empresas e de

empregados, a sustentabilidade dos sistemas de proteção social, a criação de mecanismos financeiros de incentivo à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais etc.

Em resumo, uma agenda mais variada está sobre a mesa e, nessa agenda, o poder público local, regional, estadual e federal tem um papel central a desenvolver. De modo semelhante, as entidades de representação de trabalhadores e de empregadores são chamadas a uma reflexão e a um enfoque inovador, ousado, que seja capaz de superar paradigmas que podem ter se tornado obsoletos frente às transformações por que passa o mundo do trabalho.

Esse será um dos desafios da Agenda Regional do Trabalho Decente.

Histórico das Agendas Nacional e Regional do Trabalho Decente

Como resultado do seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, realizado em março de 2009 em São Bernardo do Campo, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração da Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC, cujo compromisso foi reafirmado por autoridades públicas e representações de trabalhadores e empregadores em solenidade no Consórcio Intermunicipal em dezembro passado, com o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Na ocasião, foi criado o Comitê Gestor da Agenda, instalado formalmente no início de fevereiro, composto também por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do poder público no ABC nas esferas municipal, estadual e federal.

Para elaborar um “diagnóstico” do déficit de trabalho decente na Região e para disseminar a proposta de Agenda, o Comitê Gestor decidiu reunir entidades de trabalhadores e empresários com o poder público no decorrer dos meses de Março e Abril. A Conferência Regional de Trabalho Decente apresentará o diagnóstico de nossas deficiências e as propostas destinadas a superá-las, resultando na aprovação da Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente do governo federal, lançada durante a Reunião Regional Americana da OIT realizada em 2006 tem como prioridades (i) gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; (ii) erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas; e (iii) fortalecer os atores tripartites e os mecanismos de diálogo social como instrumentos de governabilidade democrática.

Concomitantemente, a Reunião Regional da OIT adotou a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, contendo diretrizes, objetivos e metas com as quais o Brasil e os demais países da Região se comprometeram em alcançar. Essa Agenda e a Declaração de Chefes de Estado e de Governo da Cúpula das Américas (Mar del Plata, 2005) expressam a prevalência do entendimento de que uma agenda de trabalho decente contribui mais para a geração de emprego e renda e inclusão social do que as políticas de liberalização comercial, desregulamentação e “livre comércio” que predominavam até então sob o ideário da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas.

Os resultados econômicos e a amplitude da geração de emprego formal no Brasil e na maior parte dos países da Região durante a segunda metade da década e até mesmo o

período de efervescência da crise internacional evidenciaram o coerência dessas decisões.

Áreas temáticas da Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC

A Agenda Regional do Trabalho Decente no ABC assume as áreas temáticas abaixo para a promoção de trabalho decente na região. E para tanto, deverá primeiramente elaborar um diagnóstico da situação regional nessas esferas, podendo fazer uso por exemplo, dos indicadores que seguem:

Trabalho e renda

- Perfil do mercado de trabalho regional (taxas e tipos de ocupação, níveis de renda, distribuição setorial, territorial, por sexo, raça/cor e geração)
- Perspectivas de evolução da oferta de trabalho (desempenho futuro da economia regional, novos investimentos, etc.)
- Seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão de obra
- Rotatividade no emprego e jornada de trabalho

Proteção social

- Níveis de cobertura da seguridade social (previdência e assistência social)
- Saúde e segurança no trabalho (prevenção e assistência)
- Serviços públicos de habitação, transportes, creches, educação, saúde, meio ambiente, cuidados com a infância, juventude e velhice etc.

Igualdade de oportunidades e de tratamento

- Desigualdades de gênero, raça e geração (trabalho, renda e proteção social)
- Ações para transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas (GRPE)
- Relação entre trabalho e vida familiar

Diálogo social

- Liberdade sindical, inclusive para a atuação das Organizações no Local de Trabalho
- Negociação coletiva nos diferentes setores e municípios

Questões problematizadoras para nosso debate

Para estimular a reflexão sobre o assunto (TRABALHO DECENTE) e sobre a nossa realidade em particular (NO ABCD), a respeito dessas quatro áreas e seus componentes, algumas perguntas podem ser úteis, como:

- 1) Do que podemos nos orgulhar em nossa região em termos de qualidade no trabalho e trabalho produtivo?
- 2) Quais são nossas debilidades?
- 3) O que temos como objetivo desenvolver? Quais são nossas necessidades? Como promover o trabalho de qualidade em nossa região?
- 4) Qual o papel de cada um dos atores sociais envolvidos? O que caberia aos governos municipais? E ao governo Estadual? O que mais esperar do governo federal? E os demais atores sociais? Como podem as associações empresariais contribuir? E os sindicatos de trabalhadores, o que podem fazer?

ANEXO 3. Propostas elaboradas pelos grupos de trabalho do seminário “O ABC do diálogo e do desenvolvimento”

GRUPO DE TRABALHO SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO NO ABC Gerais

1. Articular regionalmente políticas públicas voltadas ao trabalho
2. Garantia de continuidade do debate/discussão das propostas levantadas
3. Revitalização das Comissões Municipais de Emprego
4. Retomada do Projeto – Pesquisa de Emprego e Desemprego do ABC

A – Estímulo à atividade econômica

Financiamento/Crédito

1. Organização da oferta de crédito voltado aos pequenos empreendimentos – micro, pequena e médias empresas - e a economia solidária, como Bancos do Povo e linhas de crédito disponibilizadas pelo setor bancário público ou não.
2. Envolver a rede bancária e financeira local no debate do desenvolvimento estratégico e sustentável do ABC, incluindo-se aí a implantação de uma agência do BNDES na região.

Organização administrativa/institucional

1. Criação de mecanismos de acesso, por parte dos pequenos empreendimentos e economia solidária , a oportunidades de crédito e capacitação;
2. Organização de fóruns/espços regionais de debate e troca de informações e formulação de políticas
3. Adequação da legislação, bem como da estruturação administrativa dos municípios para o desenvolvimento e operacionalização de programas direcionados a economia solidária
4. Criação de programas de compras públicas de produção oriunda de iniciativas solidárias – organização da legislação própria
5. Redução do custo de licenciamento para abertura de negócios, bem como de encerramento das empresas
6. Inserção do grande ABC no sistema paulista de rede de parques tecnológicos
7. Fomento à atividade exportadora, voltada à micro, pequena e média empresa.
8. Fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos - capacitação de empreendedores e

empreendimentos

Estímulo setorial

1. Estímulo ao desenvolvimento de atividades no âmbito dos serviços, destacadamente lazer e bem-estar;
2. Cadeia automotiva:
 - a) Negociação Metas de produtividade, produção e emprego atreladas a política fiscal e de crédito;
 - b) Analisar no âmbito das relações empresariais a discussão sobre a internacionalização no setor de autopeças
3. Estímulo à política de turismo regional

Infrestrutura/Logística

1. Investimento em portos secos da região
2. Criação de incubadoras de empreendimentos solidários

B – Políticas Públicas

1. Centros públicos de emprego, trabalho e renda – reavaliação e ampliação do escopo de atuação, incorporando-se as dimensões do trabalho solidário e autônomo.
2. Modernização dos Centros Públicos

Populações Vulneráveis

1. Proposição de políticas de promoção social de populações vulneráveis – negros, jovens, mulheres
2. Consideração do critério de gênero no desenho das políticas públicas do trabalho e sociais.
3. Aprofundar e adequar as oportunidades do Jovem aprendiz às necessidades do ABC

Capacitação Profissional

1. Diante da crise emergente, desenvolver um grande projeto de qualificação profissional, com a participação do setor empresarial, sindicatos de trabalhadores e prefeituras , para atender as demandas dos segmentos em expansão. Garantido a utilização da capacidade instalada na região;

Apoio ao Desempregado

1. Programas de frente de trabalho

2. Articulação de iniciativas que facilitem e/ou garantam a mobilidade dos desempregados – custo

GRUPO DE TRABALHO SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E TRABALHO DECENTE

Princípio

Não existe crise que justifique a precarização do trabalho. Devemos, em qualquer situação, aprimorar as relações capital-trabalho. Hoje o mais importante é manter a proteção do emprego e do trabalhador.

Propostas consensuadas:

1. Incorporar as diretrizes da OIT relacionadas ao trabalho decente no enfrentamento da crise, particularmente quando o emprego estiver em risco.
2. Buscar soluções para os problemas da crise através do diálogo e da negociação. Negociação deve ser a referência permanente para enfrentar os problemas decorrentes da crise e evitar a precarização do trabalho. Processo deve envolver também o setor público.
3. Ampliar seguro desemprego para todos os trabalhadores demitidos e assegurar sua qualificação nos municípios.
4. Retomar o debate da Convenção 87 e da reforma sindical.
5. Garantir que todas contratações no serviço público sejam via concurso, assegurando a estabilidade do servidor.
6. Nas negociações para evitar as demissões, desenvolver mecanismos de redução de custos (alimentação e transporte) envolvendo empresas e os sindicatos.
7. Assegurar, através de políticas públicas, acesso dos trabalhadores à educação de qualidade, à qualificação profissional e à saúde.
8. Desenvolver propostas para superar a falta de capacitação em gestão dos empresários e a qualificação da empresa na linha do trabalho decente.
9. Prover os sindicatos de informação qualificada baseada no conceito de trabalho decente.
10. Criação de fundo de solidariedade, com participação do Estado, trabalhadores e empresas, para enfrentar situação de crise como esta.
11. Exigir o cumprimento da legislação (lei 10.097) que estimula a qualificação do jovem, através da contratação pelas empresas.

12. Desenvolver pacto regional envolvendo atores (governo, empresários e trabalhadores) em defesa do emprego e do trabalho decente.
13. Criar condições para que o crédito chegue , de fato, às pequenas e médias empresas, e empresas auto-geridas,tendo como contrapartida o emprego verde e o trabalho decente.
14. Manter fóruns permanentes de negociação na região, envolvendo os diversos atores.
15. Promover a articulação das empresas, para além de sua representação corporativa, visando desenvolvimento de projetos de interesse regional. Aproveitar, neste sentido, alternativas criadas por instituições como o Sebrae.
16. Aprofundar a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento, criando alternativas de qualificação que contemplem empresas auto-geridas pelos trabalhadores, assim como o acesso de trabalhadores qualificados ao mercado de trabalho.
17. Criar condições na região para explorar ao potencial do Pré-sal.
18. Explorar as possibilidades do desenvolvimento sustentável existentes na região, que respeitem o meio ambiente e gerem emprego. Utilizar empresas e mão-de-obra da região nas obras públicas.
19. Assegurar a igualdade de gênero nas relações de trabalho.
20. Mediante situações de crise, comprovadas no setor e negociadas com o sindicato e homologadas pelo MTE, a possibilidade de prorrogação por mais um período do contrato por prazo determinado, com todas as garantias.

Propostas não consensuadas

1. Regulamentação da organização no local de trabalho.
2. Aprovação da lei para regular a terceirização, inclusive para assegurar a representação sindical dos terceiros dentro da empresa.
3. Não precarizar direitos dos trabalhadores nas negociações entre empresas e sindicatos.
4. Aprofundar a organização dos trabalhadores no local de trabalho para assegurar a proteção do trabalhador.

ANEXO 4. Programa das Oficinas municipais

1. ABERTURA

Responsável: Prefeitura Municipal anfitriã

Objetivos: acolher os participantes; manifestar engajamento da Prefeitura com o processo de elaboração da Agenda; outras colocações julgadas pertinentes pela Prefeitura anfitriã. Pode-se projetar o vídeo sobre Trabalho Decente elaborado pelo ABCD Maior (cópias com Maísa na Agência de Desenvolvimento) ou do evento realizado no Consórcio em dezembro passado, com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, já disponível no site da Agência.

2. APRESENTAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Responsável: Prefeitura Municipal anfitriã

Objetivos: apresentar dados estatísticos do município sobre as áreas temáticas da Agenda Regional (trabalho formal e informal; indicadores sociais, demográficos e de estrutura produtiva local; outros julgados pertinentes pela Prefeitura anfitriã).

3. APRESENTAÇÃO DOCUMENTO-BASE

Responsável: Assessoria da Comissão Organizadora

Objetivos: apresentar brevemente o conceito e recordar a trajetória das Agendas Nacional e Regional, com ênfase para o processo vivido no ABC desde o seminário “ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, realizado em março de 2009; destacar as áreas temáticas para a Agenda Regional.

4. DIÁLOGO A PARTIR DAS QUESTÕES PROBLEMATIZADORAS

Responsável: Assessoria da Comissão Organizadora

Objetivos: promover diálogo entre os participantes a partir das questões problematizadoras e das áreas temáticas.

5. ENCAMINHAMENTOS

Responsável: Assessoria da Comissão Organizadora

Objetivos: mobilizar e buscar indicar representantes do Poder Público, dos Sindicatos e dos Empregadores para participação na Conferência Regional; outros que surgirem da oficina.

6. ENCERRAMENTO

Responsável: Prefeitura Municipal anfitriã

Objetivos: motivar participação na Conferência Regional.